

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO MUNICÍPIO
DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA.

CNPJ 71.336.432/0001-16

EXERCÍCIO EM 31/12/2017

O futuro é agora

Já estamos no futuro! O Sicoob avança e se antecipa em obter inovações tecnológicas para o melhor atendimento de seus associados. Em conjunto, o **Sicoob Credimed** busca as melhores soluções e produtos; tudo com os melhores investimentos para a sua valorização. E fazemos questão de manter um diferencial exclusivo: superar todos os dias as expectativas para a excelência no relacionamento, a satisfação em receber os cooperados com um cafezinho tipicamente mineiro, uma boa prosa e a certeza de ótimos negócios. Para isso investimos em capacitação permanente para nossos funcionários e dirigentes.

Progresso, essa é uma das palavras da nossa gestão. No ano de 2017, nossa Diretora Administrativa foi uma das poucas dirigentes cooperativistas de Minas Gerais a realizar o "Advanced Coop Management Program". O convite veio do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - Sistema OCEMG, para fazer parte da "Missão Técnica Internacional", que oferece aos executivos, um intensivo treinamento em uma das melhores escolas de negócios da Europa; a "Católica Lisbon", em Lisboa. Aprendizados que capacitam para a gestão visionária da cooperativa.

O resultado do importante trabalho em equipe é apresentado por meio de números que comprovam o crescimento sustentável, depoimentos de satisfação do nosso público e pelo reconhecimento do sistema cooperativista.

Vamos celebrar os 25 anos da Credimed.

Esse é o momento para agradecer: aos pioneiros do cooperativismo, que deixaram um legado de valores e princípios que norteiam esse movimento, e nos ensinaram a sonhar e lutar de forma conjunta; aos fundadores da **Credimed**, que trabalharam, acreditaram e fizeram desse grande sonho uma realidade de sucesso; a todos que, ao longo desses 25 anos, contribuíram para que o **Sicoob Credimed** seja referência em valorização dos cooperados e soluções financeiras. Gratidão à cada um que passou por aqui, aos que permanecem e aos que chegaram no decorrer do tempo. A cada diretor, conselheiro, funcionário e, principalmente, aos nossos cooperados. A união de todos é o que fortalece o Sicoob Credimed. Hoje comemoramos Bodas de Prata, obtendo resultados de Ouro, graças à cada um que um dia decidiu "Fazer Parte". Sim! Somos construtores do futuro hoje. Parabéns e que venham mais 25 de grandes realizações.

Negócio

Soluções financeiras através da cooperação.

Missão

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos Cooperados e às suas comunidades.

Visão

Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora de desenvolvimento econômico e social dos Cooperados.

Valores

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Estatuto Social

Acesse o site www.sicoobcredimed.com.br/downloads
e faça o download do Estatuto da Cooperativa.

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/17 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - **SICOOB CREDIMED**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o **SICOOB CREDIMED** completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o **SICOOB CREDIMED** obteve um resultado de R\$ 569.067,76 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,50%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 10.437.944,42 Por sua vez a carteira de créditos comercial representava R\$ 15.517.571,70.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 10,37% da carteira, no montante de R\$ 1.636.487,18.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 16.726.687,88 apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19,43%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 1.883.821,38	11,26%
Depósitos a Prazo	R\$14.842.866,50	88,74%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 58,45% da captação, no montante de R\$ 9.641.155,75.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do SICOOB CREDIMED era de R\$ 7.610.001,59. O quadro de associados era composto por 1.992 Cooperados, havendo um acréscimo de 6,01% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIMED adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões

estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 3 (três) anos na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço

patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIMED aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDIMED registrou 6 reclamações de cooperado. Quatro das reclamações foram consideradas improcedentes e duas foram consideradas procedentes e foram solucionadas, porém as dúvidas dos cooperados foram sanadas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte

financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Uberaba / MG, 25 de janeiro 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES
SICOOB CREDIMED LTDA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		17.582.908,28	20.780.842,78
Disponibilidades		754.567,51	967.425,42
Relações Interfinanceiras	4	10.437.944,42	14.159.028,15
Centralização Financeira - Cooperativas		10.437.944,42	14.159.028,15
Operações de Crédito	5	6.285.976,63	5.414.854,50
Operações de Crédito		6.537.930,72	5.557.883,73
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(251.954,09)	(143.029,23)
Outros Créditos	6	104.419,72	239.534,71
Créditos por Avais e Fianças Honrados		16.045,99	20.922,56
Rendas a Receber		95.571,49	231.546,00
Diversos		764,01	520,24
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(7.961,77)	(13.454,09)
Realizável a Longo Prazo		9.231.595,02	6.137.238,43
Operações de Crédito	5	9.231.595,02	6.137.238,43
Diversos	6	875.016,30	875.016,30
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(875.016,30)	(875.016,30)
Permanente		1.150.089,74	1.091.917,49
Investimentos	7	747.765,70	671.368,49
Participações em Coligadas e Controladas - No País		747.765,70	671.368,49
Imobilizado em Uso		8	381.910,21
Imóveis de Uso		510.668,52	510.668,52
Outras Imobilizações de Uso		382.384,64	356.585,96
(Depreciações Acumuladas)		(511.142,95)	(465.698,92)
Intangível		20.413,83	18.993,44
Ativos Intangíveis		63.358,67	56.249,39
(Amortização Acumulada)		(42.944,84)	(37.255,95)
TOTAL DO ATIVO		27.964.593,04	28.009.998,70
 PASSIVO			
Circulante		Nota	31/12/2017
Depósitos		20.354.591,45	21.311.076,45
Depósitos à Vista	9	16.726.687,88	20.761.930,81
Depósitos a Prazo		1.883.821,38	1.306.291,62
Relações Interdependências		14.842.866,50	19.455.639,19
Empréstimos no País-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	10	3.050.086,26	-
Outras Obrigações		3.050.086,26	-
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		577.817,31	549.145,64
Sociais e Estatutárias		4.351,17	1.047,35
Fiscais e Previdenciárias		180.312,25	192.463,77
Diversas		81.259,60	113.556,95
		311.894,29	242.077,57
Patrimônio Líquido	13	7.610.001,59	6.698.922,25
Capital Social		5.692.767,87	5.108.528,23
De Domiciliados no País		5.692.835,87	5.108.586,23
(Capital a Realizar)		(68,00)	(58,00)
Reserva de Lucros		1.366.488,79	1.288.632,32
Sobras Acumuladas		550.744,93	301.761,70
TOTAL DO PASSIVO		27.964.593,04	28.009.998,70

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO MUNÍCIPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES
SICOOB CREDIMED LTDA**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos reais – R\$)

		2º SEMESTRE 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	Nota	2.319.334,91	4.346.439,76	3.527.751,08
Operações de Crédito		2.319.334,91	4.346.439,76	3.527.751,08
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(842.703,59)	(1.961.375,22)	(2.626.480,83)
Operações de Captação no Mercado		(690.122,95)	(1.714.761,01)	(2.505.680,20)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(50.086,26)	(50.086,26)	-
Provisão para Operações de Créditos		(102.494,38)	(196.527,95)	(120.800,63)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		1.476.631,32	2.385.064,54	901.270,25
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(1.131.864,85)	(1.760.352,22)	(438.689,39)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		120.475,60	231.586,21	165.727,49
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		44.691,53	90.132,60	82.619,61
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(958.466,58)	(1.913.625,74)	(1.818.519,84)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(875.890,14)	(1.600.336,83)	(1.187.749,06)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(16.058,54)	(35.042,17)	(30.136,34)
Ingressos de Depósitos Intercoperativos		510.714,06	1.305.280,45	2.156.382,11
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	15	74.786,42	220.713,88	257.440,97
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	16	(32.117,20)	(59.060,62)	(64.454,33)
Resultado Operacional		344.766,47	624.712,32	462.580,86
Resultado Não Operacional		641,60	6.741,82	3.778,16
Resultado Antes da Tributação		345.408,07	631.454,14	466.359,02
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(10.575,65)	(17.438,41)	(30.002,26)
Participações nos Lucros	17	(20.947,97)	(44.947,97)	(37.076,00)
Sobras / Perdas antes das Destinações		313.884,45	569.067,76	399.280,76
Destinações legais e Estatutárias			(113.813,56)	(97.519,06)
F.A.T.E.S.			(56.906,78)	(59.798,85)
Reserva Legal			(56.906,78)	(37.720,21)
Lucro / Prejuízo (Sobra / Perda) Líquido			455.254,20	301.761,70

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES
SICOOB CREDIMED LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos reais – R\$)**

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totals
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Contingências		
Saldos em 31/12/2015	4.650.866,84	(169,00)	1.196.421,38	54.490,73	160.578,95	6.062.188,90
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao FATES					(60.000,00)	(60.000,00)
Constituição de Reservas						-
Ao Capital	99.557,48				(99.557,48)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(1.021,47)	(1.021,47)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	504.888,94	111,00				504.999,94
Por Devolução (-)	(146.727,03)					(146.727,03)
Reversões de Reservas						
Sobra / Perda Líquida					399.280,76	399.280,76
Fates Atos Não Cooperativos					(22.078,64)	(22.078,64)
Destinação da Sobra do Exercício:						
. Fundo de Reserva			37.720,21		(37.720,21)	-
. FATES					(37.720,21)	(37.720,21)
Saldos em 31/12/2016	5.108.586,23	(58,00)	1.234.141,59	54.490,73	301.761,70	6.698.922,25
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao FATES					(10.201,15)	(10.201,15)
Ao Capital	171.435,44				(171.435,44)	-
Constituição de Reservas			75.440,42	41.000,00	(116.440,42)	
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(3.684,69)	
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	618.684,87	(10,00)				618.674,87
Por Devolução (-)	(205.870,67)					(205.870,67)
Reversões de Reservas						
Sobra / Perda Líquida					95.490,73	95.490,73
Participação nos Lucros					569.067,76	569.067,76
Fates Atos Não Cooperativos						
Destinação da Sobra do Exercício:						
. Fundo de Reserva			56.906,78		(56.906,78)	-
. FATES					(56.906,78)	(56.906,78)
Saldo em 31/12/2017	5.692.835,87	(68,00)	1.366.488,79	-	550.744,93	7.610.001,59
Saldos em 30/06/2016	5.451.076,92	(93,00)	1.309.582,01	95.490,73	255.183,31	7.111.239,97
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	322.290,43	25,00				322.315,43
Por Devolução (-)	(80.531,48)					(80.531,48)
Reversões de Reservas						
Sobra / Perda Líquida					95.490,73	95.490,73
Participação nos Lucros					313.884,45	313.884,45
Fates Atos Não Cooperativos						
Destinação da Sobra do Exercício:						
. Fundo de Reserva			56.906,78		(56.906,78)	-
. FATES					(56.906,78)	(56.906,78)
Saldos em 31/12/2017	5.692.835,87	(68,00)	1.366.488,79	-	550.744,93	7.610.001,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES**
SICOOB CREDIMED LTDA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIPÇÃO	2º SEMESTRE 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	345.408,07	631.454,14	466.359,02
IRPJ / CSLL	(10.575,65)	(17.438,41)	(30.002,26)
Participações nos Lucros	(20.947,97)	(44.947,97)	(37.076,00)
Depreciações e Amortizações	28.043,55	56.087,36	45.307,39
Provisão para Perda com Operações de Crédito	63.446,16	108.924,86	55.871,66
	405.374,16	734.079,98	500.459,81
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(1.265.367,81)	(4.074.403,58)	(2.573.294,61)
Outros Créditos	22.849,59	135.114,99	(127.493,42)
Outros Valores e Bens	8.181,30	-	-
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	573.622,82	577.529,76	387.152,29
Depósitos sob Aviso	(35.276,62)	(23.986,63)	34.133,82
Depósitos a Prazo	(3.054.900,78)	(4.588.786,06)	8.055.263,82
Relações Interdependências			(2.661,77)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.050.086,26	3.050.086,26	-
Outras Obrigações	59.185,30	28.671,67	41.254,97
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(236.245,78)	(4.161.693,61)	6.314.814,91
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	(7.109,28)	(7.109,28)	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(16.989,77)	(30.753,12)	(73.486,23)
Inversões em Investimentos	-	(76.397,21)	(56.308,29)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(24.099,05)	(114.259,61)	(129.794,52)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por Aportes de Capital	322.315,43	618.674,87	504.999,94
Devolução de Capital à Cooperados	(80.531,48)	(205.870,67)	(146.727,03)
Estorno de Capital	-	-	-
Destinação de Sobra de Exercício Anterior em C/C Associados	-	(3.684,69)	(1.021,47)
Destinação de Sobra de Exercício Anterior em FATES	-	(10.201,15)	(60.000,00)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(22.078,64)
FATES - Sobra Exercício	(56.906,78)	(56.906,78)	(37.720,21)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	184.877,17	342.011,58	237.452,59
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(75.467,66)	(3.933.941,64)	6.422.472,98
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	11.267.979,59	15.126.453,57	8.703.980,59
No Fim do Período	11.192.511,93	11.192.511,93	15.126.453,57
Variação Líquida das Disponibilidades	(75.467,66)	(3.933.941,64)	6.422.472,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO MUNÍCIPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES
SICOOB CREDIMED**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12 DE 2017 E 2016**

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - **SICOOB CREDIMED**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/1993, filiada à **CCE Créd. Est. MG Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIMED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015, CPC 02(R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN No.4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível- Resolução CMN 4.534/16 e CPC 27-Ativo imobiliza-Resolução CMN No.4.535/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em

notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Relações interfinanceiras

Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	117.654,75	0,00	117.654,75	100.269,39
Empréstimos	6.153.172,20	8.782.897,12	14.936.069,32	10.804.116,49
Financiamentos	267.103,77	448.697,90	715.801,67	790.736,28
(-) Provisões para Operações de Crédito	-140.701,99	-111.252,05	-251.954,04	-143.029,05
TOTAL	6.397.228,73	9.120.342,97	15.517.571,70	11.552.093,12

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
A 0,5% Normal	9.988.213,58	-49.941,07	6.904.568,10	-34.522,84
B 1% Normal	4.213.600,31	-42.136,00	4.358.506,32	-43.585,06
B 1% Vencidas	13.491,48	-134,91	17.675,12	-176,75
C 3% Normal	1.175.813,77	-35.274,41	262.038,33	-7.861,15
C 3% Vencidas	10.415,40	-312,46	30.177,01	-905,31
D 10% Normal	228.159,02	-22.815,90	52.030,31	-5.203,03
D 10% Vencidas	11.764,80	-1.176,48	15.106,74	-1.510,67
E 30% Normal	4.953,87	-1.486,16	0,00	0,00
E 30% Vencidas	14.012,76	-4.203,83	1.223,51	-367,05
F 50% Normal	10.000,00	-5.000,00	0,00	0,00
F 50% Vencidas	14.946,40	-7.473,20	4.383,33	-2.191,67
G 70% Normal	2.000,00	-1.400,00	0,00	0,00
G 70% Vencidas	5.182,47	-3.627,73	9.026,27	-6.318,39
H 100% Normal	50.148,04	-50.148,04	4.885,53	-4.885,53
H 100% Vencidas	26.823,84	-26.823,84	35.501,59	-35.501,59
Total Normal	15.672.888,59	-208.201,58	11.582.028,59	-96.057,61
Total Vencidos	96.637,15	-43.752,45	113.093,57	-46.971,43
Total Geral	15.769.525,74	-251.954,03	11.695.122,16	-143.029,04
Provisões				
Total Líquido	15.517.571,70		11.552.093,12	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.894.469,68	3.401.407,97	8.782.897,12	14.078.774,77
Financiamentos	74.036,99	193.066,78	448.697,90	715.801,67
TOTAL	1.968.506,67	3.594.474,75	9.231.595,02	14.794.576,44

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado Serviços	34.714,82	57.655,37	92.370,19	1%
Pessoa Física	940.234,48	14.644.069,12	15.584.303,60	98%
Outros	0,00	92.851,95	92.851,95	1%
TOTAL	974.949,30	14.794.576,44	15.769.525,74	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	143.029,23	87.157,57
Constituições/Reversões	190.759,91	106.943,46
Transferência para prejuízo	-81.835,05	-51.071,80
TOTAL	251.954,09	143.029,23

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	137.440,00	1,00%	93.046,23	1,00%
10 Maiores Devedores	918.524,06	6,00%	811.402,25	7,00%
50 Maiores Devedores	3.312.406,74	21,00%	2.670.331,40	23,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	474.719,99	451.593,78
Valor das operações transferidas no período	81.835,05	51.071,80
Valor das operações recuperadas no período	-65.443,44	-19.731,98
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	-4.084,35	-7926,24
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-2.390,29	-287,37
TOTAL	484.636,96	474.719,99

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a depositantes	29.596,20	30.239,12
Rendas de Empréstimos	4.116.946,92	3.331.960,61
Rendas de Financiamentos	151.554,44	145.319,37
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	48.342,20	20.231,98
Total	4.346.439,76	3.527.751,08

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças honrados	16.045,99	20.922,56
Rendas a Receber (a)	95.571,49	231.546,00
Diversos (b)	875.780,31	875.536,54
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	-882.978,07	-888.470,39
TOTAL	104.419,72	239.534,71

(a) Em Rendas a receber estão registradas: receita de convênios R\$ 22.995,22, receita mantida na centralização financeira do Sicoob Central Cecremge (R\$ 65.998,94), a receber da previdência social - INSS (R\$ 80,67) e

provisão de renda serviços financeiros (R\$6.496,66).

(b) Refere-se a títulos de crédito a receber referentes a créditos repassados para a realização de depósito judicial, todavia não efetivados, do PIS sobre atos não cooperativos (R\$238.721,36), e da Cofins atos não cooperativos (R\$636.294,94), e outros (R\$764,01).

(c) Refere-se a provisão de estimativas de perdas, frutos de práticas irregulares identificadas, (R\$ 875.016,30) e provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 (R\$7.961,77).

7. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	32.882,91	32.882,91	
Edificações	477.785,61	477.785,61	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações	-290.520,28	-271.409,08	
Instalações	41.284,89	41.284,89	10%
Móveis e equipamentos de Uso	130.344,21	117.704,87	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-81.866,90	-76.700,17	
Sistema de Comunicação	40.660,59	38.009,89	20%
Sistema de Processamento de Dados	151.169,12	141.020,45	10%
Sistema de Segurança	18.925,83	18.565,86	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-138.755,77	-117.589,67	
TOTAL	381.910,21	401.555,56	

9. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são

calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	1.883.821,38	1.306.291,62
Depósito Sob Aviso	278.307,26	302.293,89
Depósito a Prazo	14.564.559,24	19.153.345,30
TOTAL	16.726.687,88	20.761.930,81

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	2.472.585,55	15,00%	8.472.842,05	42,00%
10 Maiores Depositantes	7.916.216,04	48,00%	13.593.340,27	67,00%
50 Maiores Depositantes	12.039.537,20	73,00%	17.010.550,58	83,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	28.704,69	37.073,81
Despesas de Depósitos a Prazo	1.656.867,53	2.438.708,22
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	29.188,79	29.898,17
TOTAL	1.714.761,01	2.505.680,20

10. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	102% CDI	07/08/2018	3.050.086,26	0,00
TOTAL			3.050.086,26	0,00

11. Outras Obrigações

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	56.906,78	40.545,52
Resultado de Atos com Não Associados (a)	0,00	28.832,97
Cotas de Capital a Pagar (b)	123.405,47	123.085,28
TOTAL	180.312,25	192.463,77

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	6.126,54	6.135,43
Impostos e contribuições a recolher	75.133,06	107.421,52
TOTAL	81.259,60	113.556,95

11.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	7.735,02	40.536,96
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	89.692,18	35.644,26
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	175.135,12	159.168,96
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	13.440,55	6.436,27
Credores Diversos - País	25.891,42	291,12
TOTAL	311.894,29	242.077,57

(a) Referem-se à compra de bens e direitos adquiridos através do cartão corporativo da instituição, parcelados.

(b) Refere-se a prestação para pagamento de conta salários cooperados.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de despesas de pessoal (R\$125.493,31), água/energia/gás (R\$ 2.132,16), aluguéis (R\$1.661,61), assessoria técnica jurídica (R\$ 3.867,61), comunicações (R\$2.683,16), processamentos de dados (R\$1.631,89), propaganda e publicidade (R\$1.203,35), segurança e vigilância (R\$5.087,22), manutenção e conservação de bens (R\$1.289,32), transporte (R\$6.006,73), seguro vida funcionários

(R\$371,70), plano de saúde (R\$211,24), compensação (R\$5.237,52), seguro prestamista (R\$11.830,30), provisão despesas com cartões (R\$5.642,00).

(d) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$1.589.755,47, (R\$1.107.570,85, em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

12. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIMED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	5.692.767,87	5.108.528,23
Associados	1.992	1.855

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral

Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no valor de R\$171.435,44.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	569.067,76	399.280,77
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0	-22.078,64
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	569.067,76	377.202,13
Destinações estatutárias		
Reserva legal - XX%	-56.906,78	-37.720,21
Fundo de assistência técnica, educacional e social - XX%	-56.906,78	-37.720,21
Sobra à disposição da Assembleia Geral	455.254,20	301.761,70

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADOS - ANTES DO IRPJ/CSLL	49.603,93
AJUSTES DO RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS	
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	8.9.4.10.00-6
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	8.9.4.20.00-3
TOTAL	(17.438,41)
Receitas de vendas de quotas de consórcios com associados	7.1.7.99.02.161-1
Receitas de vendas de seguros com associados	7.1.7.99.02.163-5
TOTAL RECEITAS	(49.747,47)
RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS DEDUZIDO DAS DESPESAS DE IRPJ/CSLL	(17.581,95)

15. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	1.629,10	3.444,38
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	0,00	6.730,78
Reversão de Outras Provisões Operacionais	0,00	0
Rendas Juros Cartão de Crédito	96.068,97	0
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	12.463,81	0
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	34.154,78	0
Outras Receitas Operacionais		190.957,52
Outras Rendas Operacionais	76.397,22	56.308,29
TOTAL	220.713,88	257.440,97

16. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Operações de Outros Crédito	-3.891,46	
Provisão para Garantias Prestadas	-7.222,00	
Despesas de Descontos Concedidos	-7.939,21	-56.023,25
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-42,00	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-1.257,12	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-371,58	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-33.776,72	-
Outras Despesas Operacionais	-2.620,53	-
Outras Provisões Operacionais	-1.940,00	-8.431,08
TOTAL	59.060,62	-64.454,33

17. Participação no Resultado

Consubstanciada pela LEI 10.101/00, e convenção coletiva, a Cooperativa provisionou o montante de R\$44.947,97 a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto em 05/12/2017.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 31 de dezembro de 2017:

Montante das Operações ativas	% em relação a carteira total
313.084,06	1,80%
Montante das Operações Passivas	% em relação a carteira total
287.990,07	1,93%

Operações ativas e passivas saldo no exercício de 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	15.864,92	195,11	2%
Empréstimo	326.168,94	2.172,10	2%
Financiamento	40.535,10	369,60	4,33%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	21.641,65	1,15%	0%
Depósitos a Prazo	287.390,24	1,97%	0,52%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,17%	2,17%
Financiamento	1,5%	1,5%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,46%	95,46%

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Percentual de risco/situação	Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	Provisões 31/12/2017
A	33.909,25	169,56
B	17.126,45	171,27

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Financiamentos	113.697,00
Avais	17.016,59

No exercício de 31 de dezembro de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e encargos sociais:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	171.411,02
Cédulas de Presença	84.168,42
INSS	61.405,91

19. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - SICOOB CREDIMED, em

conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE Créd. Est. MG Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIMED responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30/06/2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 18/08/2017, com opinião sem modificação.

20. Gerenciamento de Risco

Risco Operacional

1. As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

2. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

3. As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

6. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Riscos de Mercado e de Liquidez

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDIMED objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB CREDIMED aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDIMED possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

Risco de Crédito

1. O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CREDIMED objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB CREDIMED aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDIMED possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de Capital

1. A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDIMED objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CREDIMED aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo

contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a)** avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b)** planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c)** adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

21. Seguros contratados - Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

23. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Uberaba-MG, 31 de dezembro de 2017

Jesus de Faria Fernandes
Diretor Financeiro

Maria Marilene dos Santos Carvalho
Contador CRC-MG 067016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações SICOOB CREDIMED LTDA, em reunião realizada no dia 23/01/2018, em observância ao disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pelo SICOOB CREDIMED.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes do SICOOB CREDIMED, são de opinião que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembléia Geral de Cooperados.

Uberaba-MG, 23 de janeiro de 2018

Erasmo Leal da Silva
Conselheiro Fiscal Coordenador

Dircy da Silva
Conselheira Fiscal
Secretária

Clébia Rosa Morais Alves
Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - SICOOB CREDIMED Uberaba/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - Sicoob Credimed , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credimed em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras

informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias

que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de março de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral Contador
CRC MG - 90.766/0-4
CNAI 2.994

Investimentos* realizados pela Administração

- Manutenção e modernização da infraestrutura física e tecnológicas da cooperativa;
- Cursos e treinamentos para capacitação e reciclagem do corpo funcional;
- Reembolso de despesas efetuadas com medicamentos aos cooperados, conforme normas específicas da Diretoria Executiva;
- Transportes e hospedagens referentes à capacitação e eventos em outras localidades;
- Patrocínios e participações em eventos de cooperados ou público alvo, com retorno social e publicitário;

**Parte dos Investimentos são realizados através do fundo FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social), de acordo com legislação específica.*



RUA CASTRO ALVES, 30 | N. SR^A DA ABADIA | UBERABA-MG
CEP 38025-380 | (34) 3333-7755 · 3312-7333

www.sicoobcredimed.com.br

 [sicoobcredimed](#)